

CORRUPÇÃO E DEMOCRACIA NO BRASIL: CRISE OU PROJETO?

Ediane Soares Barbosa*

Wladianne Lima Temóteo**

Patrícia de Pontes Teixeira Alhadef***

RESUMO

O presente texto tem como objetivo fazer um breve itinerário conceitual-crítico acerca da democracia no Brasil, tendo como questões centrais a corrupção que afeta o país e as crises políticas. Partimos de uma análise básica do conceito de democracia, presente na filosofia do pensador contemporâneo Otfried Höffe, transitando entre outros autores da democracia em geral e da democracia no Brasil. Optamos por entrelaçar os aspectos mais teóricos que perpassam o tema com uma análise de problemas reais do país, tomando como exemplos os casos de impeachment de 1992 e de 2016. O objetivo não é fazer uma análise aprofundada dos fatos, mas de mostrar como esses fatos simbolizam o modo como a democracia é vivenciada no Brasil, sob a insígnia da corrupção e pelo método de negociações a todo custo.

Palavras-chave: Democracia. Política. Corrupção. Crise.

ABSTRACT

The present text has as objective to make a brief conceptual-critical itinerary about democracy in Brazil, having as central issues the corruption that affects the country and the political crises as a way to govern. We start from a brief analysis of the concept of democracy, present in the philosophy of Otfried Höffe, a scholar of contemporary political philosophy, moving among other democratic theorists in general and democracy in Brazil. We have chosen to interweave the more theoretical aspects that pervade the theme with an analysis of real problems of the country, such as the impeachment cases of 1992 and 2016. The objective is not to make a deep analysis of the facts, but to show how these facts symbolize the How democracy is experienced in Brazil, under the guise of corruption and the method of negotiations at all costs.

Keywords: Democracy. Policy. Corruption. Crisis.

INTRODUÇÃO

Se há um problema sócio-político e filosófico realmente importante para se pensar o Brasil contemporâneo, este problema é a crise da democracia. Com ele, surge uma leva de incontáveis questões transversais, que transitam entre os territórios mais profundos do espaço geográfico brasileiro e o mais amplo esboço, burocrático ou virtual, das relações internacionais às quais o país está submetido. Os atuais acontecimentos políticos do país, em especial, os escândalos de corrupção que envolvem os mais diversos espaços de gestão e organização pública e privada, nos fazem perguntar se, de fato, vivemos uma crise da democracia ou estamos, de alguma forma, executando um projeto de “nação” que visa a gestão da corrupção?

Para o filósofo alemão, Otfried Höffe, “o ser humano carece de um poder que certamente não precisa representar uma escravização dos subjugados, mas que também, seja viável como auto-organização livre dos indivíduos envolvidos” (2005, p. 120). Tal idéia remonta a noção de animal político, presente na filosofia aristotélica, onde a capacidade de se organizar em sociedade aparece como uma vocação humana por excelência e uma necessidade da racionalidade.¹ Porém, aponta também para a idéia de democracia que, segundo Höffe,

Em sua designação grega – *demokratía* –, o poder do povo ascendeu ao posto de palavra-chave da teoria do Estado atual. Não obstante, a ambigüidade de ambas as partes formadoras do termo, povo e poder, torna a expressão ambígua. Por esse motivo, a questão acerca de uma possível legitimação intercultural da democracia não pode ser respondida de forma generalizada, devendo-se, aí, considerar os diferentes significados contidos nos dois termos. Cada significado apresenta um outro tipo de alternativa para a democracia. (HÖFFE, 2005, p. 120)

Deste modo, fica claro, o que se faz urgente: revelar as devidas considerações acerca do que compreendemos por poder e por povo. Aqui, estamos tratando do poder político, aquele que “emana do conjunto de membros do direito envolvidos” (HÖFFE, 2005, p. 120), ou seja, do povo. Destaca-se, neste sentido, no seio da relação entre poder e povo, três perspectivas para se analisar a democracia, de um modo geral, a saber, 1) enquanto legitimadora de poder, 2) enquanto executora de poder e 3) na sua forma participativa.

¹ "o homem é por natureza um animal político (zoon politikon)" (Aristote, 1982, I, 2, 1253 a 2 e III, 6, 1278 b, 20).

A democracia que se apresenta como legitimadora de poder,² é aquela, de origem grega, onde nem todas as pessoas participam ativamente das decisões, apenas os membros designados sobre critérios específicos (como por exemplo ter o *status* de cidadania) e que encontrarão no povo o apoio necessário para executar as medidas que foram pensadas, mesmo que essas medidas interfiram na autodeterminação dos indivíduos, em um processo que, na modernidade, conduziu a filosofia para o Contrato Social. Cabe aos indivíduos abrir mãos de aspectos da sua liberdade em função do todo que corresponde à vida em sociedade e o próprio Estado.

Como executora do poder,³ a democracia, se apresenta, basicamente, em oposição à monarquia e à aristocracia. Atravessa a modernidade a partir do contrato social e chega à atual idéia de representatividade que concebe, segundo HÖFFE,

A política democrática como conflito em torno de coisas e pessoas, em torno de tendências políticas internas e externas, em torno da eleição periódica dos ocupantes de cargos políticos e em torno da alternância entre governo e oposição. Daí fazem parte, sobretudo, os direitos democráticos de co-gestão, especialmente o direito eleitoral ativo e passivo, além do direito de formar instâncias intermediadoras, nomeadamente, partidos e uma opinião pública política. (HÖFFE, 2005, p. 123)

Dentro do chamado “jogo democrático”, podemos verificar diversos níveis de conflito, conforme nos mostrou HÖFFE, na citação acima, porém, a caracterização da democracia como conflito em torno de coisas e pessoas é um aspecto essencial para a reflexão que pretendemos fazer aqui. Levando-se em consideração que, para uma análise de tal situação precisaremos retomar a velha questão filosófica acerca da relação entre “sujeito de objeto”, observando, portanto, o que se compreende por “coisas” e o que se entende por “pessoas”. Não se trata apenas de constatar, como bem nos permite uma análise fenomenológica da situação, que um (as pessoas) encontra-se estático diante do outro (as coisas), mas sim, que um (as coisas) encontra-se existindo em detrimento da outra (as pessoas). E que há, inegavelmente, uma nova relação entre os sujeitos humanos e as coisas materiais, onde os primeiros vivem em função das segundas, empregando, muitas vezes, mais valor ao que possui do que ao que se é. Aqui, percebe-se uma nítida crise ético-moral, pois, ao valorizar excessivamente as coisas desvaloriza-se as pessoas, legitimando uma sociedade que se organiza em torno do acúmulo de coisas concretas (bens materiais) ou abstratas (poder aquisitivo, status, poderio). Contudo, nos perguntamos que

² HÖFFE, 2005, p. 120.

³ HÖFFE, 2005, p. 123.

democracia sobrevive ao descaso com a vida humana, ou melhor, ao descaso com o povo? Podemos recordar, como elemento para uma reflexão mais profícua, o caso específico do Brasil e a relação que os poderes públicos estabelecem com os povos originários, por exemplo, quando há interesses econômicos em relação às suas terras. Casos de violência contra a população indígena são cada dia mais comum no país e cada vez mais violento. Um exemplo foi a implantação da usina de Belo Monte,⁴ e os recentes casos de assassinatos em regiões de demarcação.⁵

Democracia à brasileira

No Brasil, a idéia de democracia sobrevive à duras penas, diante do abismo pragmático-conceitual que existe entre o que se pensa sobre a democracia e o que de fato se realiza, politicamente falando. Para refletir sobre esta questão, elegemos dois episódios recentes da história do país, a fim de mostrar a relação existente entre os aspectos que são próprios de uma crise política, com a ideia de um projeto de “nação”, que tem por objetivo a manutenção das crises.

Como primeiro exemplo, recordamos que em 1992, quando data o icônico episódio do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello, alguns jornais publicavam suas notícias enfatizando que este fora o primeiro governo eleito pelo voto direto, após o fim da ditadura militar, e também o primeiro a sofrer um *impeachment*, uma combinação no mínimo interessante, para uma democracia que se encontrava, naquele tempo, reaprendendo a andar.⁶ Tal situação é, de fato, intrigante, mas é ao mesmo tempo simbólica, pois, mostra que o fato de ter sido o primeiro presidente eleito pelo povo não foi suficiente para fazer do governo Collor um governo voltado para o povo, ao contrário, mostrou-se mais interessado em priorizar aspectos da economia, que vislumbrava o mercado internacional, a favor de interesses pessoais de empresários e políticos profissionais, envoltos em um dos escândalos políticos mais sórdidos do Brasil pós-ditaduras. “Queimas de arquivo”, mortes, desaparecimentos e negociação de propinas são alguns exemplos do que aconteceu e fora publicizado, com requintes de sensacionalismo,

⁴ Ver: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/belo-monte-avaliacao-inedita-dos-impactos-da-construcao-da-usina-sobre-os-indios-revela-inadimplencia-em-80-das-acoas> (Acesso: 09/05/2015)

⁵ Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1880160-ataque-deixa-mais-de-dez-indios-feridos-e-com-maos-decepidas-no-ma.shtml> (Acesso: 09/05/2017)

⁶ Ver: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/impeachment-de-collor/desfecho.htm> (Acesso em 10/05/2017).

pela mídia hegemônica do país. Collor renunciou à presidência, teve os direitos políticos suspensos por um tempo, mas retornou à vida pública como senador, sendo, inclusive, reeleito em 2014 como o mais bem votado do país.⁷

O outro exemplo, diz respeito ao atual cenário de crise que o país vem atravessando, onde o atual Presidente da República, Michel Temer, que era vice-presidente de Dilma Rousseff, assumiu o cargo no executivo após sua companheira de chapa ter sofrido um *impeachment*, que resultou no seu afastamento e posterior exclusão do cargo. Denuncia-se, nesse contexto, a existência de um golpe político arquitetado pelo atual presidente, em conchavo com membros do seu partido e de outras frentes (de direita) de oposição ao governo Dilma. Diferente do episódio de 1992, tanto pelo tempo histórico em que está situado, como pela forma como tem se desenrolado todo o processo, ainda não é possível fazer uma análise das conseqüências reais de tais acontecimentos, que giram em torno de todos os fatos que culminaram no impedimento da ex-presidenta e na nomeação de Temer à Presidência. Mais uma vez, nos deparamos com fatos um tanto quanto controversos.

Com estes exemplos, embora não pretendamos fazer uma análise aprofundada dos fatos, objetivamos mostrar como esses dois episódios (poderiam ser outros de outras épocas e contextos) podem nos levar a pensar sobre a relação existente entre a já alarmada crise na democracia brasileira e o famigerado *método* de articulação das regras que regem a governabilidade, a *menina dos olhos* dos partidos políticos no país.

O jogo de interesses e sua articulação com a *corrupção sistêmica* presente na rotina política do país, demonstra o quanto a idéia de uma democracia executora de poder pode se tornar problemática. Assim, pensar a democracia brasileira é pensar, inevitavelmente, os limites e peculiaridades que a acompanham ao longo da história. Segundo Abranches,

O Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o 'presidencialismo imperial', organiza o Executivo com base em grandes coalizões. A esse traço peculiar da institucionalidade concreta brasileira chamarei, à falta de melhor nome, 'presidencialismo de coalizão'. (ABRANCHES, 1988, p. 21-22)

Ou seja, a coalizão, ao que nos parece, se apresenta como uma espécie de espinha dorsal do sistema democrático brasileiro, onde, os partidos políticos se dividem entre situação, base aliada e oposição, podendo mudar de posição sempre que for interessante e endossando a ação de *lobistas* e outros negociadores em função das medidas que devem ou

⁷ <http://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/eleicoes-2014/materias/veja-os-eleit-os-para-o-senado> (Acesso em 10/05/2017).

não ser operacionalizadas, conforme os interesses dos partidos e políticos, assim como dos seus aliados da iniciativa privada e instituições não governamentais. O uso de propinas e negociações que, escancaram o caráter corrupto dos governos da democracia brasileira, já faz parte da rotina e, portanto, configura o *modus operandi* de se fazer política no País. O sistema democrático brasileiro se desgasta cada vez mais com os episódios que envolvem a compra de votos dentro e fora dos plenários, para aprovar as medidas que forem de interesse de quem paga por elas. E ao lado desse cenário desastroso, ainda encontra-se um crescente avanço do conservadorismo, bem representado por *bancadas (da bala, do boi e da bíblia)*, presentes na Câmara e no Senado Federal, que pautam idéias, em sua maioria, preconceituosas e reducionistas direcionadas à interesses dos setores que eles representam.

Segundo Rancière,

A palavra democracia não designa propriamente nem uma forma de sociedade nem uma forma de governo. A ‘sociedade democrática’ é apenas uma pintura fantasiosa, destinada a sustentar tal ou tal princípio do bom governo. As sociedades, tanto no presente quanto no passado são organizadas pelo jogo das oligarquias. E não existe governo democrático propriamente dito. (RACIÈRE, 2014, p. 68)

O termo democracia, neste sentido, vai perdendo força e legitimidade diante do povo e ao longo da história. Se por um lado a palavra parece expressar algo muito abstrato e pouco palpável, por outro, parece tratar de algo tão banal que não merece atenção alguma. Transitamos o tempo todo entre a abstração desinteressada e a banalização da democracia, de modo que, o povo a quem o poder deveria pertencer, levando-se em consideração a gênese do termo e a sua referência, em termos de política a partir da modernidade, mantém-se cada vez mais distante e alheio a todos os processos que despontam desse princípio (*democracia*, poder do povo). Um outro fator que contribui para esse estado de coisas é o papel exercido pela mídia, conforme atesta Singer,

De qualquer maneira, é certo que a mídia mudou a política, no que diz respeito a pelo menos três aspectos importantes. Em primeiro lugar, a mídia determina os temas sobre os quais recairá a atenção pública e também é ela que decide o que não deve ser dito, como no caso das idéias que são submetidas à “espiral do silêncio”. Em segundo lugar, a imprensa exerce uma significativa influência na formação da opinião pública. Em terceiro lugar, a mídia mudou a disputa eleitoral, substituindo os partidos políticos em sua função comunicadora, em maior ou menor grau. (SINGER, 2001, p. 60)

Sem dúvidas, um forte aliado para a manutenção dessa alienação do povo em relação ao seu poder político, é o sistema de mídia, que no Brasil, é representado por um grande grupo de telecomunicações, a Rede Globo, e suas afiliadas espalhadas pelo Brasil.

Em todos os processos eleitorais ou de fatos importantes envolvendo a política nacional a mídia procura manter o controle das informações, em um nítido jogo de interesses que não contribui em nada para a informação do povo acerca do que os seus representantes estão fazendo em nome deles. Na maioria das vezes a mídia apenas mascara essas informações, dependendo dos interesses envolvidos.

Conclusão

Diante do exposto, podemos perceber duas questões fundamentais, a denúncia dos problemas viscerais nos quais a democracia brasileira está submersa e a necessidade de se repensar a relação entre o povo e o seu poder político.

Pode ser que, diante das reflexões acima, nos deparemos com um pessimismo exagerado, imobilizador e, talvez, desesperador. Porém, o nosso intuito com a presente análise é contribuir para um olhar crítico sobre a gravidade da situação do sistema político do Brasil, que longe de ser uma mera porção abstrata, é o responsável direto pelas condições de vida e de sobrevivência das pessoas.

É necessário observar que a realidade das instituições políticas está longe de favorecer ao povo ou a sua maioria, para que se possa pensar alternativas de transformações possíveis, não só a longo, mas também, em médio e curto prazo. Considerar que a governabilidade (com todos os seus arranjos violentos) é a única saída possível para a atual situação da política brasileira é, no mínimo, não se permitir ultrapassar a barreira do conformismo situacional e é negar a essência do termo democracia, ou seja, é afastar cada vez mais o povo do seu poder.

A representatividade democrática é, em si, falha, pois dentro dos seus limites institucionais ela se afasta cada vez mais dos interesses da população para garantir os ajustes políticos que a mantém. Trata-se de um círculo vicioso que já vem sendo denunciado há muito tempo, o que nos leva a crer que não se trata apenas de uma crise, mas da realização de um projeto de nação, que encontra nos processos de corrupção o seu método de sobrevivência, em detrimento, obviamente, dos interesses da sociedade como um todo. Tal projeto é idealizado por aqueles que dele se beneficiam e tem como princípio manter o povo cada vez mais distante das instâncias de decisão e de uma democracia verdadeiramente participativa e autônoma. A estratégia é manter o povo conformado com a situação vigente, seja em governos de esquerda ou direita, que embora defendam projetos

políticos e idéias diferentes, mantém a lógica da governabilidade como princípio básico da sua forma de “representar o povo”.

Compreendemos que a insurgência popular seria a forma mais apropriada de resistência a caminho da transformação da sociedade e a reorganização do povo, enquanto protagonista de uma democracia de fato, sem privilégios e buracracias que a engesse. Há muito caminho pela frente, mas se não houver um despertar urgente, o que vai restar é a reforma política idealizada pelos atuais parlamentares e seus interesses, que não vai passar de uma atualização do velho jeito de fazer política no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. "O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro". In: *Dados* 31(1), 1988, pp. 5-33.

BOBBIO, Norberto. *Democracia e segredo*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HOFFE, Otfried. *A democracia no mundo de hoje*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SARTORI, Giovanni. *Elementos de Teoría Política*. Madri, Alianza, 1992.

SINGER, André. Mídia e democracia. *REVISTA USP*, São Paulo, n.48, p. 58-67, dezembro/fevereiro 2000-2001.

<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/impeachment-de-collor/desfecho.htm> (Acesso em 10/05/2017).

<http://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/eleicoes-2014/materias/veja-os-eleit-os-para-o-senado> (Acesso em 10/05/2017).

<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/belo-monte-avaliacao-inedita-dos-impactos-da-construcao-da-usina-sobre-os-indios-revela-inadimplencia-em-80-das-aco-es> (Acesso: 09/05/2015)

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1880160-ataque-deixa-mais-de-dez-indios-feridos-e-com-maos-decepad-as-no-ma.shtml> (Acesso: 09/05/2017)